

**ATA**  
**(07/03/2013)**

Ao sétimo dia do mês de março do ano de dois mil e treze, às dezessete horas, na Câmara de Vereadores, localizada na Avenida das Flores, 675, no bairro dos Estados, realizou-se a terceira Reunião Ordinária do Conselho da Cidade. O presidente Sr. Auri Pavoni, verifica se há quorum conforme assinatura em anexo, e inicia a reunião com breve explanação para apreciação do Regimento Interno e assuntos extras. O Presidente inicia os trabalhos com leitura das Atas de janeiro e fevereiro. Colocadas em votação que foram devidamente aprovadas. O Presidente Auri faz explanação do Projeto de Lei que tramita na Câmara de Vereadores referente ao funcionamento e atribuições do Conselho da Cidade, e coloca o Conselho à disposição do Poder Legislativo para esclarecimentos de como funciona o Conselho que é respaldado pela Lei 2794/08 do Plano Diretor. Todas as alterações foram precedidas de Audiência Pública, que após resultado foi encaminhado à Câmara projeto de Lei para aprovação final. O Presidente propõe que se envie uma correspondência ao Poder Legislativo para marcar reunião de esclarecimento e dirimir quaisquer dúvida. O Conselheiro Antônio Moreira entrega ao Presidente um parecer jurídico referente a Lei 3510/12, dizendo que é inconstitucional, devendo ser encaminhado ao Ministério Público para as devidas providências. Com a palavra o conselheiro Valdir de Andrade, faz explanação da consulta feita ao Conselho Estadual das Cidades dentro do que estabelece a Lei 182 e 183 da Constituição Federal da República, faz breve explanação referente a Conferência das Cidades e do próprio Conselho. O conselheiro Fernando Baumann entrega Carta de Apoio ao requerimento do Conselheiro Valdir de Andrade, referente ao projeto de Lei 51/13 que dispõe sobre a obrigatoriedade de aprovação do Poder Legislativo das deliberações realizadas pelo Conselho da Cidade e dá outras providências. Com a palavra o conselheiro Carlos Haacke, diz que o projeto de lei 51/13 em tramitação, constrangeu todos os membros do Conselho da Cidade. Solicita que o Presidente da Câmara ou os vereadores presentes se manifestem sobre o projeto de lei pois este é o momento para que se acabe de vez com as dúvidas referente ao funcionamento do Conselho. Não havendo manifestações, faz uso da palavra o Conselheiro Anderson Beluzzo, cumprimentando a todos, dizendo que em primeiro momento achou que o formato da reunião não seria produtivo, mas percebe que a plenária é boa opção. Diz que após observar o projeto de Lei 51/13, acha que talvez com esse requerimento se possa iniciar um processo virtuoso, o problema não está naquilo que o Conselho foi capaz de conduzir e sim naquilo que não se conseguiu por não estar instrumentalizado. Se os senhores do Poder Legislativo querem contribuir, que façam a lei para que se tenha de fato o que esta previsto em decreto que seria cinco por cento do Fundo Municipal do Desenvolvimento Urbano, para dar melhores ferramentas para um trabalho mais complexo. Ao invés de querer suprimir a conquista do direito da comunidade de poder decidir o melhor para a cidade. Com a palavra o Presidente Auri diz que tem duas propostas, a primeira seria da reunião com o Legislativo e a segunda do Conselheiro Moreira para encaminhar ao Ministério Público. O conselheiro Moreira diz que acompanha a primeira proposta e que sua ficará para segundo momento, colocada em votação e aprovada por unanimidade. O conselho encaminhará um ofício à Câmara de Vereadores se colocando a disposição para reunião. O Presidente Auri, passa a palavra para Sra. Jade Martins Ribeiro, diz que a minuta está muito bem elaborada, segundo a legislação

**" BALNEÁRIO CAMBORIÚ - CAPITAL CATARINENSE DO TURISMO "**

Estadual e Federal. O Presidente faz leitura da minuta do Regimento Interno havendo debates e alterações sugeridas pelos conselheiros. Colocada em votação, fica aprovado por todos os presentes o REGIMENTO INTERNO, com a seguinte redação:

## **REGIMENTO INTERNO DO CONCIDADEBC**

### **TÍTULO I DO REGIMENTO INTERNO DO CONCIDADEBC**

#### **CAPÍTULO I DA FINALIDADE**

**Art. 1º** O presente Regimento tem por finalidade disciplinar as atividades e o funcionamento do Conselho da Cidade de Balneário Camboriú, denominado, como sigla, ConCidadeBC, no âmbito do Município de Balneário Camboriú/SC, visando a análise e diretrizes para a adequação de suas ações aos objetivos para os quais foi instituído.

#### **TÍTULO II DO CONCIDADEBC**

##### **CAPÍTULO II DA NATUREZA**

**Art. 2º** O ConCidadeBC é órgão colegiado que reúne representantes do poder público e da sociedade civil, de natureza permanente, caráter consultivo e deliberativo, vinculado a estrutura da Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária.

##### **CAPÍTULO III DA CONSTITUIÇÃO**

**Art. 3º** O ConCidadeBC, criado pela Lei Municipal nº 2.686, de 19 de dezembro de 2006, e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 4.955, de 12 de fevereiro de 2008, conforme Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecadores das diretrizes gerais da política urbana, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador, constitui-se em órgão colegiado permanente, que reúne representantes do poder público e da sociedade civil, integrante da administração pública municipal, tendo por finalidade assessorar, estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento e o planejamento urbano sustentável, com participação social e integração das políticas fundiária, de habitação, de saneamento ambiental, de trânsito, transporte e mobilidade urbana.

**§1º** O ConCidadeBC será composto por vinte e um (21) titulares e vinte um (21) suplentes, respeitando a seguinte proporcionalidade entre os segmentos:

I - quarenta e dois por cento (42%) de representantes do poder público;

II - cinquenta e oito por cento (58%) de representantes da sociedade civil, com a seguinte distribuição:

a) - vinte e sete por cento (27%) de representantes de entidades da área dos movimentos sociais e populares;

b) dez por cento (10%) de representantes de entidades da área empresarial;

c) dez por cento (10%) de representantes de entidades da área de trabalhadores;

d) sete por cento (7%) de representantes de entidades da área profissional, acadêmica e de pesquisa;

e) quatro por cento (4%) de representantes de organizações não governamentais.

**§2º** O preenchimento dos titulares e suplentes, na proporcionalidade do parágrafo anterior, é a seguinte:

I – nove (9) representantes titulares e nove (9) suplentes, indicados pelo Poder Executivo Municipal;

II – seis (6) representantes titulares e seis (6) suplentes, indicados pelas entidades da área de movimentos sociais e populares;

III – dois (2) representantes titulares e dois (2) suplentes, indicados pelo segmento empresarial ou instituição que os representam;

IV – dois (2) representantes titulares e dois (2) suplentes, indicados pelo segmento dos trabalhadores ou instituição que o representa;

V – um (1) representante titular e um (1) suplente, indicado pelas entidades profissionais e acadêmicas;

VI – um (1) representante titular e um (1) suplente, indicado pelas organizações não governamentais.

§3º Os representantes do Poder Público serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo dentre os titulares dos órgãos públicos e nomeados mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§4º As entidades representantes da Sociedade Civil Organizada serão eleitas durante a Conferência da Cidade e os representantes titulares e suplentes por elas indicados serão nomeados mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§5º Poderá haver titulares e suplentes de órgãos e instituições diferentes, do mesmo segmento.

§6º Os órgãos e entidades que se candidatarem a uma vaga no ConCidadeBC deverão estar relacionados com o movimentos sociais e ter atuação comprovada no âmbito do Município.

§7º O mandato dos Membros Titulares e Suplentes do ConCidadeBC será de três anos, permitida uma recondução.

§8º O Conselheiro e o suplente perderão seu mandato se faltar a três (3) reuniões consecutivas ou cinco (5) alternadas, sem justificativa comunicada antecipadamente ao ConCidadeBC e/ou não se fizer representar pelo Suplente, devendo a entidade indicar outros representantes.

§9º A perda do vínculo legal do representante com a entidade representada implicará na extinção concomitante de seu mandato.

§10. A atividade exercida pelo ConCidadeBC será considerada de relevante interesse público e seus membros, titulares ou suplentes, não receberão qualquer tipo de pagamento, remuneração, vantagem ou benefício pela sua atuação no ConCidadeBC.

#### **CAPÍTULO IV DA COMPETÊNCIA**

**Art. 4º** Compete ao ConCidadeBC :

I – analisar, debater, deliberar e participar dos processos de elaboração e revisão do Plano Diretor de Balneário Camboriú, da Lei de Uso e Ocupação do solo e outras regulações urbanísticas;

II – analisar e deliberar sobre as propostas de detalhamento, Leis e demais instrumentos de implementação do Plano Diretor de Balneário Camboriú e de sua política urbana;

III – acompanhar e avaliar a montagem e execução das operações urbanas, a aplicação dos instrumentos urbanísticos, os consórcios públicos e privados, os planos e projetos de intervenção urbana, em habitabilidade e infra-estrutura;

IV – analisar as propostas do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) quanto aos recursos consignados para execução das estratégias estabelecidas no Plano Diretor e propor mudanças para atender sua execução;

V – acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução financeira e orçamentária municipal relacionada às estratégias e prioridades estabelecidas no Plano Diretor de Balneário Camboriú e na política urbana;

VI – acompanhar os resultados do monitoramento da evolução urbana e avaliar os efeitos do Plano Diretor de Balneário Camboriú e da política urbana;

VII – promover ajustes e mudanças nas estratégias e prioridades do Plano Diretor de Balneário Camboriú, projetos e programas da política urbana, segundo os resultados do controle, avaliação e acompanhamento;

VIII – acompanhar a elaboração, implementação e monitoramento dos planos setoriais, zelando pela integração das políticas de solo urbano/controle urbano, trânsito, transporte e acessibilidade urbana, saneamento ambiental e habitação;

IX – convocar, organizar e coordenar conferências e assembleias territoriais;

X – propor e avaliar a aplicação dos recursos advindos dos instrumentos da política urbana e do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano;

XI – acompanhar a aplicação das operações urbanas consorciadas;

XII – deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implantação de programas e/ou projetos de âmbito regional, com vistas à Bacia do Rio Camboriú e Região Metropolitana da Foz do Rio Itajaí-Açú;

XIII – elaborar seu Regimento Interno;

XIV – convidar para participar das reuniões, sem direito a voto, técnicos e especialistas nos assuntos em pauta, assim como representantes de órgãos e entidades interessadas na matéria, a fim de prestarem esclarecimentos julgados necessários às decisões do ConCidadeBC;

XV – eleger o Vice-Presidente;

XVI – representar o Município junto às Conferências das Cidades.

#### **CAPÍTULO V DAS INSTALAÇÕES**

---

**“ BALNEÁRIO CAMBORIÚ - CAPITAL CATARINENSE DO TURISMO ”**

**Art. 5º** O ConCidadeBC disporá de pessoal, instalações e equipamentos adequados, junto a Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária, para acesso a informação, guarda e arquivo da documentação por ele gerada e ou recebida, sob-responsabilidade da Secretaria Executiva.

## **CAPÍTULO VI DA ORGANIZAÇÃO**

**Art. 6º** O ConCidadeBC terá a seguinte organização:

- I – presidência;
- II – vice presidência;
- III – secretaria executiva;
- IV – assessoria técnica;
- V – assessoria jurídica;
- VI – assessoria de comunicação;
- VII – plenário;
- VIII – comitês técnicos.

**Parágrafo único.** A presidência do ConCidadeBc será exercida pelo Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Orçamentária na condição de membro nato.

**Art. 7º** Compete ao Presidente do ConCidadeBC;

- I - convocar e presidir as reuniões do plenário, cabendo-lhe o voto de desempate quando necessário;
- II - empossar os integrantes da Secretaria Executiva;
- III - ordenar o uso da palavra;
- IV - solicitar aos órgãos competentes do Município a elaboração de estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público;
- V - submeter à votação as matérias discutidas pelo Plenário, assegurando a ordem dos trabalhos ou suspendendo-o sempre que necessário;
- VI - constituir, nomear e organizar o funcionamento dos Comitês Técnicos;
- VII - assinar as resoluções e deliberações do ConCidadeBC e atos relativos ao seu cumprimento;
- VIII - submeter à apreciação do plenário o relatório anual do ConCidadeBC;
- IX - dar posse aos conselheiros e assinar os respectivos termos;
- X - encaminhar questões de ordem nas reuniões e apresentar recomendações e moções ao plenário;
- XI - firmar as atas das reuniões e homologar as resoluções;
- XII - dirimir as dúvidas oriundas da interpretação desse Regimento Interno, devendo a matéria ser posteriormente submetida à aprovação do Plenário.

**Parágrafo único.** O vice-presidente substituirá o presidente nos seus impedimentos.

**Art. 8º** O Secretário Executivo do ConCidadeBC será servidor municipal indicado pelo Presidente.

**Art. 9º** Ao Secretário Executivo do ConCidadeBC compete:

- I - coordenar, supervisionar e controlar as atividades pertinentes à Secretaria Executiva;
- II - preparar, antecipadamente, as reuniões do Plenário, incluindo convites à apresentação de temas previamente aprovados, preparação de informes e remessas de materiais aos Conselheiros;
- III - secretariar as reuniões do ConCidadeBC lavrando e assinando as respectivas atas juntamente com o Presidente;
- IV - elaborar minutas das resoluções referentes aos assuntos debatidos e aprovados;
- V - cumprir e fazer cumprir as instruções do Presidente do ConCidadeBC;
- VI - assessorar o Presidente nos assuntos pertinentes a sua competência;
- VII - promover a cooperação entre o ConCidadeBC e os órgãos de apoio temporário;
- VIII - encaminhar às entidades representadas no ConCidadeBC cópias das atas das reuniões;
- IX - encaminhar a pauta das reuniões aos Conselheiros com antecedência mínima de 24 horas;
- X - preparar e controlar a publicação no Jornal Oficial e encaminhamento aos demais poderes públicos e órgãos da imprensa local de todas as decisões e atas emanadas do ConCidadeBC;
- XI - acompanhar e apoiar as atividades dos Comitês Temáticos, inclusive quanto ao cumprimento dos prazos de apresentação de trabalhos ao Plenário;

XII - executar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Presidente;

XIII - encaminhar os procedimentos para elaboração de decreto de nomeação de conselheiros imediatamente após sua indicação ou substituição;

XIV - normatizar a entrada de projetos para apreciação do ConCidadeBC através de protocolo onde conste certidão de pólo gerador de tráfego, EIV, análise prévia, quando necessário do setor competente SPU.

**Art. 10.** Os Assessores Técnicos serão indicados pelo Presidente dentro do quadro de servidores do Município, quando houver, ou, não havendo, será solicitada contratação da prestação de serviços, obedecida a legislação federal.

**Art. 11.** Aos Assessores Técnicos do ConCidadeBC compete:

I - assessorar as atividades pertinentes à Secretaria Executiva e ao funcionamento do ConCidadeBC;

II - preparar, antecipadamente, às reuniões do Plenário do ConCidadeBC, documentos técnicos dos temas relacionados à pauta;

III - acompanhar e apoiar as atividades dos Comitês Técnicos;

IV - assessorar o Presidente do ConCidadeBC nos assuntos pertinentes a sua competência;

V - executar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Presidente e pelo Plenário.

**Art. 12.** O Assessor Jurídico será indicado pelo Presidente dentro do quadro de servidores da Procuradoria Geral do Município.

**Art. 13.** Ao Assessor jurídico do ConCidadeBC compete:

I - assessorar as atividades pertinentes à Secretaria Executiva e ao funcionamento do ConCidadeBC;

II - preparar, antecipadamente, as reuniões do Plenário do ConCidadeBC, com documentos jurídicos dos temas relacionados às reuniões;

III - assessorar o Presidente do ConCidadeBC nos assuntos pertinentes a sua competência;

IV - acompanhar e apoiar as atividades dos Comitês Temáticos;

V - executar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Presidente.

**Art. 14.** O Assessor de Comunicação será indicado pelo Presidente dentro do quadro de servidores do Município.

**Art. 15.** Ao Assessor de Comunicação do ConCidadeBC compete:

I - divulgar as atividades do ConCidadeBC;

II - acompanhar as reuniões do Plenário, produzindo releases dos temas abordados;

III - assessorar o ConCidadeBC nos assuntos pertinentes a sua competência;

IV - divulgar as atividades dos Comitês Técnicos;

V - executar outras atividades que lhe sejam atribuídas ao ConCidadeBC.

**Art. 16.** As assessorias previstas no artigo 6º, incisos III, IV, V e VI serão escolhidas pelo Presidente e homologadas pelo Plenário do ConCidadeBC.

**Art. 17.** O Plenário é o órgão superior de consulta, deliberação e fiscalização do ConCidadeBC.

**Art. 18.** O ConCidadeBC é de caráter consultivo e deliberativo, sendo órgão decisório da estrutura básica do Sistema Nacional de Conselhos de Cidades e do Sistema Municipal de Planejamento da Cidade, conforme o art. 232 da Lei nº 2.686/2008.

**§1º** A periodicidade das suas reuniões em caráter ordinário será mensal, sendo dirigidas pelo Presidente.

**§2º** A convocação para as reuniões ordinárias do ConCidadeBC será feita por determinação expressa de seu Presidente, e as reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente ou por um terço dos conselheiros em exercício.

**§3º** As reuniões do ConCidadeBC serão públicas, devendo haver quórum mínimo de de cinquenta por cento (50%) mais um (1) de seus membros titulares e ou suplentes.

**§4º** As deliberações do ConCidadeBC serão feitas através de voto aberto e com cinquenta por cento (50%) mais um (1) dos seus membros titulares e ou suplentes.

**Art. 19.** Aos Conselheiros compete:

I - participar e votar nas reuniões do ConCidadeBC;

II - relatar as matérias que lhe forem atribuídas;

III - propor ou requerer esclarecimentos que lhe forem úteis para melhor apreciação das matérias em estudo ou deliberação;

IV - zelar pela coordenação e integração dos órgãos públicos e entidades, direta ou indiretamente, envolvidas com o desenvolvimento sustentável do Município;

V - solicitar estudos e pareceres técnicos especializados sobre matérias de interesse do ConCidadeBC;

VI - propor, analisar e votar alterações do Regimento Interno do ConCidadeBC;

VII - desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Plenário.

**Art. 20.** Os Comitês Técnicos, permanentes ou temporários, serão constituídos pelo Plenário tendo como objetivo preparar as discussões, formular estudos, auxiliar e fornecer sugestões e embasamento técnico às decisões do ConCidadeBC, bem como acompanhar os trabalhos dos Conselhos da Cidade de outros municípios, secretarias e agências afins.

**Parágrafo único.** Os Comitês Técnicos serão compostos pelos membros do ConCidadeBC, respeitando-se a mesma proporcionalidade dos segmentos representados no mesmo.

**Art. 21.** As atribuições dos Comitês Técnicos são:

I – preparar as discussões temáticas para apreciação e deliberação do ConCidadeBC;

II – promover articulação com órgãos e entidades promotoras de estudos, propostas e tecnologias relacionadas à Política de desenvolvimento urbano sustentável do Município;

III – apresentar relatório conclusivo ao Plenário do ConCidadeBC sobre matéria submetida a estudo, dentro do prazo fixado por este, acompanhada de documentação que se fizer necessária ao cumprimento de sua finalidade.

**Art. 22.** Todos os conselheiros do ConCidadeBC, titulares e suplentes, poderão participar dos Comitês.

§1º Cada conselheiro poderá participar de um único Comitê, exceto nos segmentos que não tenham representantes suficientes para participar de todos os comitês.

§2º Cada Comitê Técnico deverá eleger, entre seus membros, um Coordenador.

§3º O Presidente do ConCidadeBC poderá indicar outros representantes de órgãos ou entidades não integrantes do ConCidadeBC, até o número de quatro (4) por Comitê.

**Art. 23.** O membro do ConCidadeBC que for candidato a qualquer cargo eletivo deverá ser substituído pelo Chefe do Poder Executivo, quando se tratar de membro governamental, ou entidade que representar, quando se tratar de membro não-governamental, conforme legislação eleitoral.

## CAPÍTULO VII FUNCIONAMENTO DO CONCIDADEBC

**Art. 24.** O funcionamento do ConCidadeBC se dará através de um calendário com pautas previamente divulgadas com os Conselheiros.

**Art. 25.** O ConCidadeBC reunir-se-á obrigatória e ordinariamente, uma vez por mês, em dia e hora pré-fixados e/ou extraordinariamente, por convocação do Presidente ou por deliberação de seus membros.

**Parágrafo único.** O ConCidadeBC se reunirá no mínimo uma vez a cada dois meses tendo como única pauta a discussão de temas relativos as competências, atribuições e funcionamento do conselho.

**Art. 26.** As sessões deverão obedecer ao quórum mínimo de cinquenta por cento (50%) mais um (1) dos Conselheiros, devendo as matérias serem aprovadas por maioria simples.

**Art. 27.** As sessões do ConCidadeBC serão públicas.

§1º Poderão participar das sessões a convite, com direito a voz, representantes de órgãos públicos de entidades privadas, cuja área de competência se relacione com as atribuições do ConCidadeBC.

§2º A todo cidadão será dado direito a voz, com tempo determinado se previamente à sessão o solicitar.

**Art. 28.** Anunciada a apreciação de um assunto se fará a exposição da matéria, passando-se à discussão e à posterior votação, se for o caso.

**Parágrafo único.** No curso da discussão são facultados até dois (2) pedidos de vista ao processo, devendo o solicitante devolvê-lo na próxima sessão, garantido um prazo mínimo de 5 (cinco) dias.

**Art. 29.** O Presidente designará, adotado critério de rodízio, um conselheiro que será o relator de cada processo, distribuindo-os entre os conselheiros por ordem cronológica de envio ao ConCidadeBC, observada a ordem alfabética para as entidades governamentais e para as entidades não governamentais.

**Art. 30.** As diligências solicitadas pelo relator independem da aprovação dos demais membros do ConCidadeBC.

**Parágrafo único.** O pedido de diligência por membro do ConCidadeBC, que não o relator, depende de aprovação prévia da maioria do plenário.

**Art. 31.** O relator dará seu parecer na sessão imediata ao recebimento do processo e, não o fazendo, deverá apresentar justificativa uma única vez, fixando o plenário do ConCidadeBC novo prazo.

**Parágrafo único.** Tratando-se de matéria pendente de consulta à comunidade, o Plenário decidirá sobre ampliação do prazo.

**Art. 32.** A partir da leitura do parecer do relator, os Conselheiros definirão procedimentos posteriores tais como pedidos de vistas, pedidos de diligência ou votação do parecer.

**Art. 33.** Durante a votação só será admitido o uso da palavra para encaminhamento de votação ou declaração de voto.

§1º Para os efeitos de registro, só serão consideradas declarações de voto constantes na ata.

§2º Ausente o relator por duas sessões consecutivas, o Presidente designará novo relator, providenciando-lhe a entrega do processo.

§3º O processo de votação será nominal.

§4º Caberá pedido de revisão quando houver dúvida sobre a contagem de votos.

§5º Em caso de empate na votação, caberá ao Presidente proferir o voto de qualidade ou propor nova discussão.

§6º Aprovado pelo ConCidadeBC, o parecer será assinado por todos os presentes, com identificação dos votos favoráveis, contrários e abstenções.

§7º Vencido o Parecer do relator, o Presidente designará, na mesma sessão, um (1) signatário do voto vencedor para elaboração, leitura e votação do novo parecer na próxima sessão.

§8º O parecer vencido integrará o processo.

**Art. 34.** As atas das sessões do ConCidadeBC serão lavradas pelo(a) Secretário(a) Executivo(a) e nelas se relatará fidedignamente o quanto haja passado na respectiva sessão, devendo conter, obrigatoriamente:

I - dia, mês, hora e local de sua realização;

II - os nomes do Presidente e dos membros presentes, com seus respectivos órgãos ou entidades de representação, acompanhado da lista de presença devidamente assinada;

III - pauta, deliberações, processos aprovados, procedimentos encaminhados.

IV - registro de votos a favor, contra e abstenções dos membros do ConCidadeBC.

**Art. 35.** Quando comparecer às sessões do ConCidadeBC, o Chefe do Poder Executivo será seu presidente de honra.

## CAPÍTULO VIII DO PROCEDIMENTO PARA APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS DE ESTUDOS OU PROJETOS URBANOS PRIORITÁRIOS.

**Art. 36.** O prazo para o encaminhamento das propostas de estudos ou projetos urbanos prioritários, pelos Conselheiros, ao ConCidadeBC, deverá ser até primeiro dia útil do mês de julho.

**Parágrafo único.** Cada Conselheiro poderá indicar dois (2) temas para estudos, encaminhado à Secretaria Executiva do ConCidadeBC, acompanhado de justificativa e da ata da reunião que deliberou sobre o

assunto, a qual deverá conter a síntese do debate, bem como o registro dos presentes e o resultado da votação, com a devida explicitação dos votos favoráveis, contrários e as abstenções.

I – O prazo para inclusão das propostas na pauta de discussão será de quinze (15) dias para as reuniões ordinárias e de sete (7) para as reuniões extraordinárias.

II – Para apresentação, apreciação e votação das propostas, o ConCidadeBC deverá convocar sessões específicas.

III – Cada Conselheiro disporá de um tempo de até vinte minutos para apresentar sua proposta aos demais membros do ConCidadeBC e caso haja necessidade de um tempo maior para a apresentação, os Conselheiros presentes na plenária decidirão sobre a prorrogação deste.

IV – Após a apresentação, as propostas serão sistematizadas por Comissão Temporária paritária, composta pelo poder público e sociedade civil, nomeada pelo ConCidadeBC.

V – Feita a sistematização, as propostas retornarão ao ConCidadeBC para apreciação e votação das mesmas.

**Art. 37.** Priorizadas as propostas, será constituída Comissão Técnica para a elaboração do anteprojeto que deverá conter o objetivo, método, técnicas, cronograma e orçamento estimado.

§1º Cumprido o disposto no caput deste artigo, o ConCidadeBC fará uma sessão especial para entrega do anteprojeto ao Chefe do Poder Executivo e aos Secretários Municipais envolvidos.

§2º Constatada a viabilidade do anteprojeto, o Chefe do Poder Executivo remeterá à Secretaria de Articulação Governamental para elaboração de Projeto de Lei.

§3º O ConCidadeBC monitorará a tramitação do Projeto de Lei junto à Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú.

## **CAPÍTULO IX DOS RECURSOS E MANUTENÇÃO**

**Art. 38.** Os recursos necessários para as atividades do ConCidadesBC serão alocados da Secretaria Planejamento e Gestão Orçamentária.

## **CAPÍTULO X DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR**

**Art. 39.** O Plano Diretor do Município será revisto a cada cinco (5) anos ou sempre que mudanças significativas na evolução urbana o recomendarem, por convocação do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§1º A revisão será presidida pela Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária e coordenada pelo ConCidadeBC.

§2º O ConCidadeBC deverá articular junto aos demais órgãos do Município a participação das diversas áreas técnicas setoriais para produção de estudos e propostas para revisão do Plano Diretor de Balneário Camboriú, de forma a garantir o cumprimento de uma pauta de debates, capacitações e escutas sobre todas as temáticas que compõem o conjunto do Plano Diretor, como processo democrático obrigatório de construção de proposições em consonância com as normas estabelecidas pelo Estatuto das Cidades e Constituição Federal.

§3º O processo de revisão do Plano Diretor de Balneário Camboriú compreenderá a execução de atividades técnicas voltadas para a produção de estudos, diagnósticos e formulação de propostas e atividades estruturadas para sua discussão com a sociedade.

**Art. 40.** A proposta de revisão do Plano Diretor será submetida à discussão em uma Conferência Municipal convocada especialmente para esse fim, com ampla participação dos segmentos governamentais e da sociedade civil.

§1º Para a realização da Conferência Municipal será constituída Comissão Organizadora, com membros eleitos pelo ConCidadeBC, na proporcionalidade do parágrafo primeiro do Art. 3º deste Regimento.

§2º O documento resultante das deliberações desta conferência será encaminhado ao Poder Executivo que sistematizará na forma de projeto, encaminhando para apreciação e deliberação da Câmara Municipal de Vereadores.

## **CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**“BALNEÁRIO CAMBORIÚ - CAPITAL CATARINENSE DO TURISMO”**

**Art. 41.** A eleição das entidades representantes da sociedade civil organizada será convocada, por ato do Chefe do Poder Executivo, em até quinze (15) dias após a publicação deste Regimento, e será realizada na Conferência Municipal da Cidade de Balneário Camboriú.

**Art. 42.** A indicação dos órgãos do Poder Público Municipal será feita juntamente com a divulgação do resultado da eleição citada no artigo anterior.

**Art. 43.** O primeiro mandato dos membros do ConCidadeBC, encerrar-se-á quando do término da realização da Conferência da Cidade de Balneário Camboriú subsequente.

**Art. 44.** As matérias sujeitas à análise do ConCidadeBC serão encaminhadas à Secretaria Executiva do ConCidadeBC pelo Poder Público Municipal ou por qualquer membro do ConCidadeBC.

**Art. 45.** Caso a matéria tenha origem na Câmara Municipal de Vereadores ou tenha sido remetida à sanção do Chefe do Poder Executivo, a análise da mesma pelo ConCidadesBC ou pelos Comitês Técnicos deverá respeitar os prazos estabelecidos em Lei ou em procedimento administrativo.

**Art. 46.** A função de conselheiro é considerada serviço público relevante, e não será remunerada, sendo seu exercício prioritário e justificadas as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinado seu comparecimento a sessões do ConCidadeBC ou participação em diligências autorizadas por este.

**Art. 47.** É vedado a todos os conselheiros representar, emitir pareceres e/ou se posicionar publicamente em nome do ConCidadeBC, sem prévia anuência do mesmo.

**Art. 48.** Os casos omissos neste Regimento Interno serão dirimidos pelo ConCidadeBC, pelo voto da maioria simples de seus membros.

**Art. 49.** As resoluções citadas neste Regimento Interno do ConCidadeBC serão aprovadas pelo plenário do ConCidadeBC em até noventa (90) dias após sua instalação.

**Art. 50.** Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação, só podendo ser modificado por quórum qualificado de dois terços (2/3) dos membros do ConCidadeBC, mediante convocação prévia para essa finalidade.

Concluída a leitura do Regimento Interno, faz uso da palavra a Sra. Jade M. Ribeiro, prosseguindo com a explanação referente ao regulamento da conferência das cidades, e sugere que os membros do Conselho da Cidade sejam nomeados como comissão organizadora, sendo esta sugestão aprovada por todos os presentes. O presidente Auri encerra a reunião. Nada mais sendo dito, eu, Jeovana Simone Hoeffelmann, lavrei a presente ata, para que seja assinada por mim e pelos conselheiros e surtam os efeitos legais.